



## PROJETO VIDA ATIVA PELOTAS-RS: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE O PROCESSO DE ABERTURA DE NÚCLEOS NO ANO DE 2019

GIULIA SALABERRY LEITE<sup>1</sup>; JOSÉ ANTONIO BICCA RIBEIRO<sup>2</sup>; INÁCIO CROCHEMORE SILVA<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPe) – giuliasalaberry@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPe) – zeantonio.bicca@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPe) – inacio\_cms@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

O lazer e o esporte são direitos estabelecidos em constituição (BRASIL, 1988) e se configuram como uma forma de ação social. É dever do Estado a proposição de programas com atividades direcionadas para esses dois eixos, os quais recebem atenção antes mesmo do apelo atual aos programas de promoção de atividade física. Um exemplo de política de esporte e lazer é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), o qual é financiado pelo Ministério do Esporte e desenvolvido pelos municípios com o principal objetivo de democratização do acesso a esporte e ao lazer, sem compromisso com o alto rendimento, buscando a inclusão social e a qualidade de vida das comunidades atendidas (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2017).

Com a transição epidemiológica, destacando o aumento das doenças e agravos não-transmissíveis (DANTs), com os avanços da ciência na identificação dos benefícios da atividade física regular à saúde nesse cenário, e uma grande onda de informações ofertadas pela mídia (FERREIRA et al., 2013), é crescente o número de iniciativas de diferentes níveis governamentais com ações que tentam a promoção de saúde por meio da promoção de atividades físicas (FERREIRA & NAJAR, 2005). As principais políticas nacionais que fomentam a promoção da atividade física são a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a inserção da Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o Academia da Saúde.

No contexto histórico de políticas de esporte e lazer, bem como no contexto atual de promoção da atividade física, em Pelotas-RS, cidade no extremo sul do Brasil, existe o Projeto Vida Ativa (PVA). O PVA envolve o esporte e lazer, bem como a promoção de atividades físicas e tem origem no acima mencionado PELC, extinto em 2013 no município. O Projeto faz parte das ações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e é desenvolvido desde 2013, tendo como principal objetivo, segundo Berni e Quevedo (2017), melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens, adultos e idosos, em situação de vulnerabilidade social, através do esporte e de atividades físicas.

O PVA foi elaborado visando levar às comunidades mais distantes do município de Pelotas diferentes atividades e eventos sociais. Apresenta um importante potencial para a cidade, mobilizando, segundo a prefeitura municipal (SMED) aproximadamente 4.000 pessoas de diferentes faixas etárias distribuídas na zona urbana e rural, em todos os bairros e distritos da cidade. Segundo Berni e Quevedo (2017), o projeto desenvolve-se com atividades sistemáticas e assistemáticas. As atividades assistemáticas acontecem aos finais de semana, através de eventos sociais e recreativos. As atividades sistemáticas ocorrem durante a semana em espaços físicos permanentes nas comunidades, os denominados núcleos do PVA. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar a

percepção dos coordenadores do PVA sobre o processo de abertura de núcleos no ano de 2019.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização desse trabalho realizou-se um recorte de um estudo maior que está sendo elaborado, intitulado de “Avaliação de estrutura e processo do Projeto Vida Ativa (2019) da cidade de Pelotas-RS”, que terá como objetivo descrever o PVA quanto ao processo de implantação dos núcleos no município de Pelotas, com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019.

Esse estudo teve uma abordagem qualitativa e como principal procedimento metodológico de produção dos dados foi utilizada a técnica da entrevista, com roteiro semiestruturado e destinado aos coordenadores do PVA. De acordo com cenário atual de enfrentamento da pandemia Covid19, as entrevistas ocorreram com a utilização da internet, através do aplicativo Zoom, com agendamento prévio com cada participante através dos contatos fornecidos pela SMED, respeitando as normas de distanciamento social vigentes. O grupo estudado possui 8 coordenadores, sendo eles 3 coordenadores gerais do projeto e 5 coordenadores de núcleos, totalizando 8 entrevistas. Além disso, foram utilizadas como fonte complementar a análise documental de materiais públicos, bem como os registros em diário de campo dos demais contatos e visitas necessárias a SMED.

Antes de iniciar a coleta de dados, foi realizado a aplicação de um estudo piloto, semelhante ao roteiro destinado aos coordenadores do PVA, ao coordenador de um projeto similar que também é uma iniciativa da SMED. Tal estratégia possibilitou compreender se o roteiro estava adequado, considerando os objetivos do estudo, permitindo vislumbrar de forma positiva a aplicação do roteiro nas próximas etapas do trabalho.

A análise das informações foi feita através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), a partir da transcrição e leitura exaustiva dos materiais, para organizar as anotações adotando por base os objetivos do trabalho. A descrição dos resultados foi obtida através da análise das entrevistas semiestruturadas que ocorreram no período de 7 de setembro de 2020 ao dia 16 de setembro de 2020. O sigilo dos coordenadores será mantido e suas falas referenciadas como: coordenador de núcleo 1,2,3,4 e 5 e coordenador geral 1,2 e 3.

O procedimento ético da pesquisa foi garantido pela aceitação dos coordenadores em participar do presente trabalho e autorizar a divulgação dos resultados, através da concordância verbal e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPel sob o protocolo 4.191.300.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nota-se que a participação da comunidade, ou seja, os moradores dos diferentes bairros, é muito importante no processo de abertura de um núcleo, uma vez que a gestão municipal entra com o recurso humano, ou seja, agentes e coordenadores de núcleo para realizarem as atividades, e o restante fica de responsabilidade da comunidade onde o núcleo foi inaugurado. Essa característica vai ao encontro de um dos aspectos importantes para programas de promoção da atividade física mencionado por Silva e Costa (2011), o de que as estratégias adotadas respeitem as particularidades e necessidades de seus respectivos públicos-alvo. Na entrevista realizada com o coordenador geral 1, quando perguntado como acontecia a abertura de um núcleo pensando no que



aconteceu em 2019, ele destacou que o PVA mantém uma política de abertura para a implantação de núcleos pela cidade, onde é necessário que uma pessoa contate a SMED, solicitando a atividade, indicando o lugar onde vai ser realizada, faixa etária e a quantidade de pessoas que querem participar.

*“Nós temos uma política de abertura da seguinte forma: a comunidade procura a secretaria, a secretaria ta aberta para atender qualquer pessoa da comunidade. A comunidade trás o desejo de uma atividade física, seja ela pra criança, idosos, enfim... traz a proposta né e casa com o que a gente tem.”* (COORDENADOR GERAL 1, 2020)

A adequação de espaços públicos para a prática de atividades físicas é considerada uma variável importante no contexto da promoção da saúde segundo Bonfim et al. (2012) e nessa mesma direção, a PNPS (BRASIL, 2006) prevê a necessidade de *“incentivar articulações intersectoriais para a melhoria das condições dos espaços públicos para a realização de práticas corporais/atividades físicas”*. Em termos de estrutura para a abertura de um núcleo no PVA, é necessário o mínimo para o andamento das atividades, como fica evidenciado na fala:

*“Nós entramos com o professor e a comunidade entra com a estrutura e então a gente pede que tenha pelo menos banheiro, que tenha um espaço coberto, uma quadra de futebol, de areia que seja, de campo, que tenha essa estrutura pra receber o pessoal que vai receber a atividade. Eai, a comunidade entra com essa parceria, com a limpeza do local e organização desse espaço...”* (COORDENADOR GERAL 2, 2020)

Esses espaços cedidos e emprestados são os mais diferentes lugares, salões paroquiais, clubes esportivos, sociais, salões comunitários, igrejas etc. A única condição é que sejam públicos, onde qualquer pessoa que queira participar das atividades possa frequentar. Percebe-se que há uma negociação entre aquilo que a comunidade quer que seja realizado e aquilo que a coordenação pode oferecer e esse processo passa pela parceria estabelecida entre a comunidade e o PVA, o que o coordenador geral 1 define como *“parceria público/privada”*.

No PVA 2019, todo o processo de abertura de um núcleo é mediado tanto por coordenadores gerais, quanto por coordenadores de núcleo. Porém, como o coordenador de núcleo está presente nos bairros juntamente com o agente, muitas vezes eles são procurados e ficam com a responsabilidade de reportar aos coordenadores gerais o interesse e, esses, segundo o coordenador geral 3: *“avaliam a possibilidade, porém, quem vai lá na comunidade é o coordenador de núcleo.”* Essa avaliação se dá através da disponibilidade do agente, se ele vai ter como se deslocar até o local, se ele tem aquele horário disponível. Essa logística sempre acontece para abertura e estabelecimento das atividades.

Em relação a quantidade de participantes nas atividades, é exigido por parte da coordenação a quem faz o pedido da abertura de um novo núcleo que: *“pelo menos eles tenham para abrir uma turma de atividade física e saúde, ou seja, de ginástica, de dança, 10 pessoas”* (COORDENADOR GERAL 1, 2020). Observa-se que essa exigência é feita, por que através do relato do coordenador de núcleo 2, nem sempre as pessoas responsáveis por fazer esse pedido são moradores daquela localidade, o que interfere no bom andamento e concepção daquele núcleo, por que o responsável nada sabe sobre os interesses, expectativas, desejos e cultura daquele local. *“Sempre quem nos procura, tem que ser alguém representante da comunidade, que tenha uma força, uma voz*

*dentro da comunidade, se não, não abrimos.”* (COORDENADOR DE NÚCLEO 2, 2020). Quando perguntado ao coordenador de núcleo 4 sobre quem eram as pessoas responsáveis por esse contato com a SMED, o mesmo relatou que vai desde líderes comunitários, pastores, padres, vereadores, diretores de escola, síndicos entre outros.

#### 4. CONCLUSÕES

Através dos dados coletados, as primeiras percepções são de que o processo de abertura de um núcleo está totalmente ligado ao estabelecimento das atividades nesses diferentes lugares. Em relação a estrutura, nota-se que as exigências são mínimas para a abertura e continuidade dos núcleos, fazendo-se necessário uma quantidade mínima de 10 pessoas para a realização das atividades e que o responsável por entrar em contato seja pertencente e representante daquele lugar. Segundo os gestores, essa característica é necessária para que haja comunicação entre o agente e as pessoas da localidade e para que a mobilização da comunidade seja efetiva.

O PVA oferece diversos núcleos e a garantia de espaços adequados para as diferentes práticas. Através da parceria estabelecida entre comunidade e coordenação, observa-se que a manutenção do projeto apresenta baixos custos, o que corrobora para a continuidade dessa política de governo e justifica ela estar se mantendo a sete anos, conquistando a aderência da população e se ampliando cada vez mais no município.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERNI, Katia; QUEVEDO, Larissa. **Projeto Vida Ativa**: Pelotas em movimento. E-book, Amazon Pelotas, 2017. 48p.

BONFIM et al. Ações de Educação Física na saúde coletiva brasileira: expectativas versus evidências **Rev Bras Ativ Fis e Saúde**. Pelotas/RS. 17(3):167-173. Jun/2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Política nacional de promoção da saúde. Brasília: **Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde; 2006

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial do Esporte**. Disponível em: < <http://www.esporte.gov.br/Portal/servicos>> Acesso em: 16 de Abril de 2020> Acesso em: 16 de Abr. 2020.

FERREIRA, Marcos; NAJAR, Alberto. Programas e campanhas de promoção da atividade física. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl.p.207-219, dezembro de 2005.

FERREIRA, Jovino. Et al. Avaliação de projeto de promoção da saúde para adolescentes. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 257-265, Apr. 2013

SILVA, P; COSTA, A. Efeitos da atividade física para a saúde de crianças e adolescentes. **Psicol. Argum.** 2011 jan./mar., 29(64), 41-50